

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2952/2022

Aos vinte sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência inicial de **GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira (Titular) e Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Daniel Cardoso Leite (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Cássio Weber (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDDET**; Carlos Fernando Simões Filho (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),

33 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6;** Dinar Melo de Souza (2º Suplente),
34 **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8;** e Emerson Gonçalves dos Santos
35 (Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
36 **Ambiental – OP-HOCDUA.**

37 **DEMAIS PRESENTES:** Adacir José Flores (Delegado), **Região de Gestão de**
38 **Planejamento Um – RGP. 1.**

39 **SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da**
40 **SMAMUS;** Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

41 **PAUTA:**

42 **1. Abertura;**

43 **2. Comunicação;**

44 **3. Votação:**

45 **3.01. Atas 2949 (01/09) e 2951 (13/09);**

46 **4. Atualização sobre o processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;**

47 **5. Ordem do dia:**

48 **5.01. EM DILIGÊNCIA;**

49 **5.02. EM DILIGÊNCIA;**

50 **5.03. EM PAUTA – RGP 4: SEI 17.0.000021716-6;**

51 **5.04. EM DILIGÊNCIA;**

52 **5.05. EM PAUTA – RGP 7: SEI 21.0.000063859-2;**

53 **5.06. EM PAUTA – SMGOV: SEI 21.0.000105518-3;**

54 **5.07. EM DILIGÊNCIA;**

55 **5.08. EM PAUTA - ABES: SEI 21.0.000091169-8;**

56 **5.09. EM PAUTA – RGP 1: SEI 18.0.000048113-7;**

57 **5.10. EM PAUTA - SOCECON-RS: SEI 21.0.000109125-2;**

58 **5.11. EM PAUTA – OP: SEI 21.0.000109797-8;**

59 **5.12. EM PAUTA – DEMHAB: SEI 21.0.000112863-6.**

60 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h07min.

61 **1. ABERTURA;**

62 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
63 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h07min, temos
64 *quorum*. Declaro, então, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal

65 de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a todos os
66 Conselheiros e Conselheiras. Eu queria, hoje temos, então, uma inscrição para manifestação
67 externa. Eu pediria para que enquanto a gente disponibiliza aí o uso da palavra à manifestação
68 externa, também os conselheiros fizessem a inscrição para o período de Comunicação, a
69 interna. Vou fazer que a leitura rapidamente dos presentes. [Relação dos presentes na inicial].
70 Temos inscritos, então, ao período de Comunicação, temos o Conselheiro Felisberto, o
71 Conselheiro Hermes e temos uma inscrição externa de Adacir José Flores, Delegado da Região
72 de Planejamento Um. Mais algum Conselheiro gostaria de se inscrever para fazer uso do
73 período de Comunicação? Então, a gente encerra a inscrição para o período de Comunicação e
74 já oportunizo a fala para o nosso delegado da Região Um, o Adacir, para fazer uso da palavra.
75 Adacir, por favor, cinco minutos. Adacir, não sei se tu me ouves, mas tu estás sem áudio, tem
76 que conectar aí. Tem a opção ali, onde tu vais inserir o áudio. Adacir, está sem o áudio aí.
77 Então, não conseguimos te ouvir. Necessariamente, tem que apertar ali no botãozinho do
78 áudio daí para poder conectar. Bom, vou oportunizar, então, a fala ao Conselheiro Felisberto,
79 depois Conselheiro Hermes e a gente na sequência tenta aí, se o Adacir conseguir liberar o
80 áudio. Boa noite, Conselheiro Felisberto!

81 **2. COMUNICAÇÃO;**

82 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa
83 noite, Secretário. Boa noite aos demais conselheiros e conselheiras do CMDUA. A minha fala,
84 ia cumprimentar... **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
85 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** não estamos lhe ouvindo, Conselheiro
86 Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
87 **RGP. 1:** E agora, estão me ouvindo? Alô! Boa noite! **Germano Bremm, Secretário**
88 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Só um
89 pouquinho, Conselheiro. Os outros ouviram. O problema é comigo aqui. Deixa eu resolver
90 aqui. Conselheiro Felisberto, nos ouve? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão**
91 **de Planejamento Um – RGP. 1:** E o senhor me ouve? Eu estou lhe ouvindo, mas o senhor
92 não me escuta. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
93 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Estamos com dificuldade aqui no áudio. Só um pouquinho,
94 Conselheiro, eu que não estou ouvindo, deu um problema aqui no nosso, já estamos
95 resolvendo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
96 **RGP. 1:** Ok. Está me ouvindo agora, Secretário? **Germano Bremm, Secretário Municipal**

97 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Estou trocando de
98 dispositivo aqui para poder lhe ouvir. Conselheiro Felisberto, me ouve? Eu estava lhe ouvindo
99 por este aparelho aqui. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
100 **Planejamento Um – RGP. 1:** Tá eu estou ouvindo tranquilamente. Está me ouvindo agora?
101 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
102 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Estou lhe ouvindo agora, fique à vontade, por favor,
103 Conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
104 **RGP. 1:** Eu tenho os três minutos garantidos, né, Secretário? **Germano Bremm, Secretário**
105 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** É isso aí, eu
106 não estava contando. [Risos]. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
107 **Planejamento Um – RGP. 1:** Tá bom! Bom, primeiro boa tarde ou boa noite a todos e todas,
108 né. Eu queria fazer algumas observações neste momento em que os permissionários do
109 Viaduto Otávio Rocha estão sendo aterrorizados. Em nenhum momento há um diálogo com a
110 Associação dos Permissionários e a forma como eles estão sendo tratados causa estranheza,
111 porque a Administração Melo/Gomes não poderia tratar os permissionários dessa forma, até
112 porque esse projeto nasceu a partir da associação, aprovado no CMDUA, pela RGP 1, pelo
113 Conselho do Plano Diretor. Foi o único projeto até hoje implementado, que foi o de avaliação
114 estrutural do Viaduto Otávio. Então, os permissionários, através do Presidente Flores, sempre
115 estiveram diante dessas tratativas. Então, no dia 30 a gente fará um ato às 5 horas. Desde já
116 convidamos para que os conselheiros e conselheiras se façam presentes para que a gente
117 consiga construir um diálogo que permita o respeito aos permissionários. Não se exige nada
118 mais do que saber para onde eles vão, ter um plano para a desocupação, que não tem. É a
119 Bangu, desculpem o termo, mas é a Bangu. Ter a garantia do retorno ou pelo menos deles
120 terem garantia do seu espaço, porque eles são permissionários. Terceiro, negociar a dívida,
121 porque em nenhum momento nesses 17 anos, desde 2005, não houve qualquer possibilidade de
122 sentar para negociar a dívida dos permissionários. Então, não dá para aceitar que um Prefeito
123 ou o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico use isso como um argumento para
124 desconstituir os permissionários. Nós não vamos aceitar isso. Eu como Conselheiro da RGP 1,
125 defendendo o Fórum da RGP 1, nós não compactuamos com isso. Essa não é a forma de tratar
126 com os permissionários. Se tem problemas, vão tentar à mesa, a gente sabe que é importante a
127 restauração do Viaduto Otávio Rocha, mas antes de mais nada é necessária a humanização, um
128 encontro com as pessoas e para as pessoas. Esse é um patrimônio imaterial e a cidade é

129 constituída pelas pessoas. Não podem várias pessoas serem tratadas como se fossem inimigas:
130 *Ah, não, vocês estão devendo! Então, vocês têm que sair!* Não, não é bem assim! Tem os
131 direitos que devem ser respeitados. Então, Secretário, eu peço também sua intervenção como
132 Presidente deste Conselho, para que também se posicione e fale ao Prefeito Melo para que
133 entre em negociação com os permissionários através da ARCCOV, não individualmente,
134 porque isso enfraquece. E se esse for o objetivo, enfraquecer, pode ser um tiro pela culatra.
135 Certo? Porque nós não vamos esmorecer. Se nós tivermos um na linha de frente, os 300
136 espartanos eram 300 e lutaram contra os atenienses. Então, não é a quantidade que qualifica
137 um movimento, Secretário. Então, eu peço ao senhor, como um democrata, espero que o
138 senhor não perca esse caráter, né, de democrata, e se atente para isso, porque esse foi um
139 projeto construído pela ARCCOV. E nós fizemos o lançamento do projeto num seminário
140 organizado em 2014 pela ARCCOV, num memorial do Ministério Público. Então, veja a
141 história, a riqueza que tem esse projeto, constituído pela sociedade. Então, era isso, Secretário.
142 e apenas uma informação, depois eu gostaria de saber, por que aumentou de 2,30 para 4,60 o
143 estacionamento no Centro? É para subsidiar a passagem? Eu gostaria de saber isso, se alguém
144 pudesse me informar. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
145 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Tá bem! Obrigado
146 Conselheiro Felisberto, pela contribuição aqui ao debate. Vamos estender o convite ao
147 Secretário de Desenvolvimento Econômico, responsável ali pela gestão daquelas permissões de
148 uso, enfim, para que talvez venha ao Conselho aí para elucidar esses pontos, essas tratativas,
149 que eu realmente desconheço. E da mesma forma, né, a Secretaria de Mobilidade,
150 eventualmente, para prestar os esclarecimentos com relação à cobrança superior na Área Azul,
151 mas sim, está direcionado para esse subsídio com relação ao transporte público, né. Mas é
152 adequado que a Secretaria responsável possa ter a oportunidade de vir aqui esclarecer esses
153 pontos. Na sequência, então, passo a palavra para o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis**
154 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
155 **SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, hoje eu estava verificando, dando uma olhada nas
156 nossas pautas, para ver o que passou pelo Conselho. E eu vi que várias situações me
157 surpreenderam, mas eu vou relatar duas últimas, e não entenda como uma agressão, alguma
158 cobrança, eu só queria entender a lógica dessa instrução normativa, que normatiza as nossas
159 reuniões. Então, os dois primeiros processos, o 5.01 e o 5.02, que estão na pauta, eles foram
160 distribuídos, o primeiro em junho de 2020 e o segundo em setembro de 2020. O primeiro

161 entrou em diligência em 30/06/2020. O segundo não achei a data aqui, é 06/10/2020. Então,
162 praticamente, são dois anos. Eu queria entender essa lógica, porque quando os conselheiros
163 atrasam os seus pareceres, uma semana, duas semanas eles são cobrados, e eu não estou
164 criticando que sejam cobrados, eu acho que está justo, tem que ter certa disciplina, sou a favor
165 dessa disciplina, mas qual é a lógica? Não tem prazo? Nós estamos há praticamente quatro
166 anos e eu confesso que até hoje eu não entendi essa lógica. É só isso, Secretário. Não existe
167 prazo para diligência ou, então, eles deveriam sair de pauta, se é muito longo. De repente
168 precisam de um estudo muito longo. Eu até acho que é justo, mas, então, eles deveriam sair de
169 pauta. Até fica mal para o Conselho encerrando, faz dois anos que eles estão em diligência.
170 Obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
171 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Com razão, eu
172 acho que a gente tem que refletir em alguma alternativa de procedimento, casos que
173 extrapolem as habilidades do tempo. Especificamente, eu acho que esses expedientes estão na
174 Diretoria de Planejamento Urbano e a partir das demandas, enfim, deles estartarem outros
175 processos de consulta e estão pretendendo fazer alguma modificação. Eu acho que é algo
176 nesse sentido, mas eu acho que em situações dessa natureza é melhor que a gente dê uma
177 finalização, para realmente não ficar na pauta, né. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
178 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu lhe agradeço,
179 Secretário. Acho que o senhor entendeu bem qual é a preocupação. Realmente, não é
180 implicância com o Conselho. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
181 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, na sequência a gente tem o
182 Seu Adacir inscrito aí para fazer o uso da comunicação externa. Acho que conseguiu resolver
183 o problema do áudio. Adacir, nos ouve? Não, acho que temos problema. Não ouve. Acho que
184 o Adacir está com problema no áudio. A gente avança aqui. Bom, encerramos o nosso período
185 de Comunicação. acho que tivemos dificuldade com o áudio do Adacir. As atas, então, foram
186 disponibilizadas na data de hoje. Então, eu acho que fica difícil da gente fazer a votação agora.
187 Então, a gente já avança para o Item 4 da pauta:

188 **4. ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE**
189 **PORTO ALEGRE;**

190 Nós temos uma notícia positiva aí para compartilhar com os conselheiros e conselheiras. Como
191 vocês sabem, nós viemos há bastante tempo nesse processo de construção e de um projeto
192 sólido para a revisão do nosso Plano Diretor da cidade, para que a gente possa produzir esse

193 projeto sólido. Buscamos recursos para isso, o Município tem toda a sua dificuldade de caixa e
194 priorizar as demandas do planejamento urbano. O orçamento público sempre muito focado
195 para a saúde, para educação, para segurança e às vezes o planejamento urbano não consegue
196 viabilizar os seus projetos, em função da importância dessas outras áreas, mas buscamos
197 recurso, financiamentos e estruturamos um projeto via cooperação internacional, como vocês
198 já conhecem, um programa das Nações Unidas, o PNUD. A partir dessa cooperação
199 internacional a gente vem trabalhando nessa revisão do Plano Diretor. Então, estruturamos o
200 Plano Diretor em três grandes etapas e estamos agora na etapa de leitura da cidade. Então,
201 trabalhando as disposições nas regiões de planejamento. Depois avançaremos ao longo do ano
202 que vem para a etapa de sistematização e proposta, depois para a etapa de aprovação de
203 aprovação para no segundo semestre do ano que vem a gente enviar para a Câmara de
204 Vereadores o projeto de lei. Mas, em se tratando de revisão do Plano Diretor, obrigação do
205 Executivo Municipal, enfim, junto com os diversos atores da sociedade para fazer essa
206 construção, para construir esse projeto de lei precisamos de dados, de informações técnicas, de
207 estudo. Obrigatoriamente, a legislação nos exige que assim seja. E para nos subsidiar e nos dar
208 esse suporte técnico para a gente produzir os processos participativos, todos esses debates.
209 Então, a gente, via cooperação internacional, entabulou o modelo do qual a Vaneska, a nossa
210 Coordenadora de Planejamento Urbano, vai fazer a explicação logo na sequência, onde vamos
211 ter o apoio de uma consultoria internacional para nos subsidiar com esses dados, com esses
212 estudos. Então, eu vou pedir para a Vaneska, eu acho que ela tem uma apresentação para fazer
213 aqui e nos elucidar de como é que vai funcionar nessa dinâmica a partir dessa contratação, que
214 foi homologada na data de hoje. Então, Vaneska, por favor. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**
215 **Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
216 **SMAMUS:** Boa noite para todos. O Secretário já deu um pouco do *spoiler* da nossa reunião
217 aí. A gente vem com certeza trazer avanços, que eu entendo que são muito importantes para
218 esse projeto da revisão do Plano Diretor. A gente vai brevemente dar um pouco de contexto
219 também, que a gente acha importante e relevante, para situar em que momento a gente está,
220 né. Talvez vamos resgatar algumas questões que já foram tratadas em outros momentos aqui
221 no Conselho, mas que a gente entende que são importantes agora que a gente está dando esse
222 passo que vai avançar em relação à revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Eu vou, então,
223 compartilhar aqui a minha tela com vocês. Então, a ideia é falar sobre o processo de revisão do
224 Plano Diretor de Porto Alegre, focando nesses avanços que nós tivemos, principalmente esse

225 de hoje, que foi a homologação da nossa consultoria principal, se é que a gente pode chamar
226 assim. A gente vai explicar onde que ela entra no contexto da revisão do plano, que nós
227 entendemos também que é importante ter esse contexto e alinhar essa nossa expectativa
228 através do grupo do Conselho. Como todos sabem, é prerrogativa do Executivo Municipal
229 coordenar a revisão técnica da revisão do Plano Diretor a cada 10 anos. Nesse sentido, a gente
230 coloca numa posição central esse papel da liderança técnica da Equipe de Planejamento da
231 SMAMUS, que existe esse grupo, que está interno na Secretaria, colocando e orquestrando a
232 ação desses outros agentes. Então, prevendo a necessidade de orquestrar todo esse trabalho
233 com todos os agentes que estão envolvidos com a implementação da política urbana no
234 Município, a gente teve a nossa Instrução Normativa 04/2021, que estabeleceu a formação de
235 três grupos de trabalho adicionais ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
236 Ambiental, para atingir o objetivo, que coloca bastante o nosso objetivo do plano atual, mas
237 que se mantém contemporâneo, que é a de promoção do desenvolvimento, qualificação e
238 expansão urbana a partir dessas estratégias de desenvolvimento sustentável, harmonia com o
239 meio ambiente e garantia da qualidade de vida para as futuras gerações. Nesse sentido, a gente
240 coloca esses três grupos de trabalho adicionais ao Conselho Municipal de Desenvolvimento
241 Urbano Ambiental. O Conselho tendo esse papel de acompanhar, monitorar, validar, discutir,
242 propor e opinar sobre todos esses temas que estão sendo debatidos para o processo de revisão
243 do Plano Diretor de Porto Alegre. Um grupo de trabalho técnico operacional, que é um grupo
244 que conecta as demais Secretarias da Prefeitura dentro desse trabalho. Então, o nosso objetivo
245 principal através dele é ter essa visão multidisciplinar, integrada, trocar e construir
246 conhecimento e também cooperar com os colegas, estabelecendo um vínculo que a gente
247 entende que deve fazer parte ainda, após a implementação do processo, de implementação do
248 plano para também poder estar acompanhando os resultados do Plano Diretor. E mais os dois
249 grupos de trabalho que nós temos junto com os conselheiros das regiões especificamente, o
250 Grupo Consultivo das Regiões de Planejamento, focado no ponto de vista da sociedade local,
251 problemáticas e temas. E o Grupo Consultivo Técnico, que a gente teve um edital, que ainda
252 está sendo validado para poder ser publicado da devida forma. Mas, além das entidades que já
253 têm assento no Conselho, vão acabar se somando cerca de 35, 40 entidades para participar
254 nessa colaboração técnica do Município de Porto Alegre para a revisão do seu Plano Diretor.
255 Também a gente entende que é importante pontuar. Se por um lado a gente tem a sociedade,
256 que deve através desses grupos ou através das ações que esses grupos vão elaborar, participar

257 da revisão, a gente também desde o início teve essa previsão do que seriam as consultorias,
258 que estariam complementando a expertise técnica da equipe, auxiliando e fornecendo
259 subsídios. Então, é importante descrever esse quadro geral desses agentes para entender bem
260 qual é o papel de cada um nesse processo e dentro das consultorias entender o papel dessa
261 consultoria, que a gente fala que é a consultoria-chave para os estudos de desenvolvimento do
262 Plano Diretor de Porto Alegre. Para isso, então, em 2019 ainda, estou recordando várias
263 conversas que já houve em momentos diversos, teve a assinatura do projeto de cooperação
264 técnica internacional, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre a
265 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo
266 e Sustentabilidade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Aí o nosso
267 projeto, onde se encontram previstos esses estudos para o Plano Diretor, o Projeto POA 2030,
268 inovador, integrado, resiliente e sustentável. E de forma estratégica, o que se entendeu e o que
269 se consolidou pela equipe técnica e que faz parte da estratégia de implementação desse
270 projeto? Foram reconhecidas algumas linhas de consultoria que poderiam funcionar de uma
271 forma independente, daí para isso a gente pontua que a gente teve o Inventário de Emissões de
272 Gases de Efeito Estufa, a parte do planejamento de comunicação e advocacy do plano, que
273 muitos conselheiros conhecem já o consultor que está trabalhando nessa parte específica, como
274 a gente pode tornar melhor a publicização e a informação em relação ao plano. E a gente teve
275 ali uma terceira consultoria, que também faz parte dessas consultorias que se entendem que
276 podem funcionar de certa forma autônoma em relação às demais consultorias, que é uma
277 consultoria de geo, trabalhando para organizar. A gente falou diversas vezes das dificuldades
278 que se têm em relação às bases de dados, padronização de dados do Município, que é uma
279 consultoria de geo focada nessa organização da base, que vai dar os fundamentos para
280 desenvolver os trabalhos técnicos específicos. E, por outro lado, então, a gente tem uma série
281 de outros temas que têm que ser abordados na revisão do Plano Diretor. A gente traz um
282 diagrama que sobrepõe uma série de questões que têm que ser correlacionadas dentro de uma
283 cidade, para se prever, então, um regime urbanístico, um regulamento urbanístico. Então, a
284 gente tem a mobilidade, o ambiente natural, o patrimônio histórico, a partir de economia
285 urbana, a parte de desenvolvimento social, tantos outros. E disso veio muito a visão que se
286 deveria pensar num formato de consultoria que permitisse formar uma equipe integrada, capaz
287 de promover essa necessária correlação entre esses diversos temas, permitindo, então, o
288 resultado que pudesse indicar diferentes fatores a serem ponderados para as indicações da

289 revisão do plano. A gente vai dar um exemplo, a gente pode pensar numa área onde tem um
290 patrimônio ambiental bastante considerável, mas também talvez numa das bordas dessa área
291 tem uma cidade de densificação. E, eventualmente, todo o regime vai ter que ser pensado em
292 como viabilizar uma determinada ocupação numa área que de repente tem patrimônio
293 ambiental, histórico, para otimizar a infraestrutura, mas não agredir o meio ambiente e nem
294 esse patrimônio material e imaterial. Então, dando um exemplo rápido de como isso se faz, e
295 isso nos deu muito a indicação de que precisaria se pensar num formato de construir e que essa
296 equipe pudesse estar dentro de um mesmo grupo em que essas trocas fossem constantes no
297 projeto e que permitisse fazer essa integração de todas essas bases, todas essas informações
298 para atender da melhor forma o Plano Diretor. Em conversas com técnicos do PNUD se optou
299 por essa forma de contratação, que são acordos de longo prazo, que eles tratam de empresas
300 que são pré-qualificadas, como já também anunciou o Secretário. Então, foi bem voltado, que
301 é um trabalho diferenciado. Então, são empresas que já têm uma classificação devido à
302 expertise que têm, aos valores que têm, a atuação que eles têm no mercado internacional e elas
303 atendem de acordo com aqueles escopos que foram colocados ali: consultoria de gestão,
304 serviço público, mudanças organizacionais, proteção ao meio ambiente, auditorias. Então, são
305 diversas linhas. A abrangência, então, essas empresas denominadas ali elas têm essa
306 abrangência e atuação também na América Central e do Sul. E a justificativa para usar esse
307 tipo de seleção era justamente pela dificuldade em encontrar talvez no mercado já formada
308 uma equipe dessa maneira no mercado regular. Por considerar que é um serviço complexo,
309 com baixa possibilidade de comparação. Então, se entendeu que era o encaminhamento
310 necessário por tratar de empresas reconhecidas internacionalmente, pré-selecionadas e que se
311 habilitariam para o envio de propostas. Nesse formato, então, o primeiro passo foi a
312 construção de um termo de referência, que foi construído com base em discussões técnicas que
313 foram realizadas. Até me foi resgatado pela equipe técnica, ainda em novembro de 2021,
314 acredito eu, né, Renata? Agora eu fiquei em dúvida. Mas a gente teve uma série de discussões
315 sobre os termos, teve um processo que se discutiu, se colocou para a avaliação do Conselho
316 esse termo de referência, que era um termo de referência bastante abrangente, porque tratava
317 de todas essas matérias dentro da cidade. E esse tema, então, foi construído a partir de três
318 pilares, numa ponta 9 premissas que foram estabelecidas para a revisão do plano de Porto
319 Alegre, um modelo espacial de como isso se organiza na cidade e um sistema de gestão e
320 planejamento, acreditando que os procedimentos e a forma como a cidade se organiza é

321 essencial para que a gente consiga atender, alcançar os objetivos que foram estabelecidos. Com
322 relação às premissas, também já foram discutidas em mais de uma ocasião, nos grupos de
323 trabalho: a manutenção da estrutura lógica e espacial do Plano Diretor vigente; o
324 aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão colaborativa e democrática; a análise de
325 desempenho e performance na nossa vizinhança; a própria sustentabilidade; o foco no espaço
326 público; o investimento em sistema de gestão monitoramento; o desenvolvimento social; a
327 integração entre elementos urbanos naturais e também pensar em como se habilitar
328 instrumentos de financiamento da cidade. Na outra ponta o modelo espacial como organização
329 da cidade, aí reconhecendo uma série de escalas a serem abordadas, desde a escala
330 internacional até a unidade de estruturação urbana. Então, Porto Alegre na região
331 metropolitana, no mundo, até a vizinhança ali do entorno de uma rua e sobre isso tudo
332 passando de forma transversal. E de maneira mais rápida também, pontuando o que seria essa
333 dimensão do sistema de gestão. Então, esse pilar corresponde à avaliação no funcionamento do
334 nosso sistema atual e também pensar em instrumentos que possam auxiliar para que sejam
335 melhor conduzidas essas práticas. Em relação às etapas que foram previstas, isso pode passar.
336 Para contextualizar, a gente posiciona aqui onde estão essas consultoria dentro do nosso
337 planejamento. A gente já falou mais de uma vez que são essas três etapas principais: a leitura
338 da cidade; sistematização e propostas; e ali na aprovação a gente até poderia complementar
339 como aprovação/implementação. A gente tem ali estabelecido dentro da leitura da cidade tanto
340 o diagnóstico quanto uma consolidação dessa leitura. E nas propostas, então, a consolidação
341 de propostas e a consolidação da minuta. Dentro da consultoria estão previstos 8 produtos, 2,
342 3 produtos, ali chega até o quarto produto, ainda avançando sobre a leitura da cidade. Os
343 produtos seguintes, então, mais voltados para sistematização e propostas, a gente vai
344 brevemente falar de cada um desses oito produtos. O produto um, que é o plano de trabalho,
345 matriz de dados e informações, tem a finalidade de organizar essa metodologia de como a
346 gente vai trabalhar com empresa. A gente entende que desde o início é importante já fazer essa
347 conversa, pensar quais as atividades principais, quando vão ser executadas. A gente tem um
348 macrocronograma, mas a gente está falando de realmente um planejamento de um projeto que
349 nos dê condição de fazer a gestão e entender as etapas que são recorrentes, as etapas que têm
350 algum nível de dependência. E também nessa primeira entrega, o que a gente chama que seria
351 uma matriz de dados e informações, que é começar a pensar quais os dados que devem fazer
352 parte desse primeiro momento do nosso Plano Diretor para que se possa estruturalmente

353 buscar isso nas diversas secretarias. O segundo produto é de conceitos e diagnósticos. Então,
354 avaliar esses conflitos, potencialidades, caracterizar o território. Ai a gente fala em todas essas
355 escalas, como bem devem recordar no termo de referência que foi compartilhado. E também
356 avaliar o sistema de gestão, esses conceitos e diretrizes constantes no plano. Então, mesmo
357 que a gente tenha dados, aquelas premissas vão ser reavaliadas por essa equipe técnica. O
358 produto três trata da avaliação das estratégias no modelo espacial e de sistema de gestão e
359 planejamento. Então, fazer realmente uma crítica com relação à construção do plano de hoje,
360 mas sempre tem aquele pressuposto de não alterar o modelo do plano. O produto quatro é um
361 produto de consolidação da leitura da cidade, que a gente entende que durante todo esse
362 momento vão estar acontecendo conversas com a sociedade e que vão impactar a leitura
363 técnica desses produtos dois e três. Então, é o momento de se fazer essa costura, que vai
364 sendo processada, mas ela resulta em um produto específico sobre isso. O produto cinco,
365 então, a apresentação do modelo espacial de sistema gestão e planejamento, já no âmbito de
366 uma proposição. No produto seis faz a discussão do modelo espacial e sistema de gestão e
367 planejamento. O produto sete consolida as propostas desse modelo. Então, como a descrição
368 do território fica e como o sistema de planejamento fica organizado. E o produto oito, então,
369 trata dessa consolidação, resultando ali na descrição de instrumentos na própria minuta para a
370 revisão do Plano Diretor. Para que isso fosse atendido dentro do termo de referência foi
371 prevista uma série de especificações em relação ao corpo técnico mínimo obrigatório que
372 deveria fazer parte desse grupo. Então, se colocou ali, principalmente na parte da direção
373 alguém que tivesse experiência em coordenar equipes multidisciplinares, gerir e supervisionar,
374 coordenar projetos de urbanismo. Daí pensando no saneamento, mas pensando também na
375 coleta de resíduos, também pensamos nas telecomunicações, na energia, na mobilidade. O
376 consultor sênior em área ambiental e também em economia e administração. Essa foi a equipe
377 que foi solicitada. Então, dessa solicitação, colocamos também como é que estão essas
378 contratações, a especializada em tecnologia da informação foi contratada, que é essa de geo,
379 que a gente teve até esse momento uma reunião de abertura e já está se processando os
380 diagnósticos para entender como está a situação da Prefeitura em relação aos diversos sistemas
381 de informações que existem no município e como a gente pode trabalhar eles para o
382 planejamento urbano. A consultoria de comunicação advocacy, como a gente já comentou, é
383 uma consultoria que também está acompanhando esses primeiros movimentos das exposições e
384 também a revisão das ações que já foram realizados. E esse que a gente comentou, que é o do

385 dia do diagnóstico, avaliação do modelo espacial do sistema de gestão e planejamento e que
386 visa fornecer esses subsídios à revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, que foi homologado
387 na data de hoje e que foi feita já a seleção da empresa, dentre as propostas, que se adequou,
388 que se propôs a atender todo esse escopo. Detalhou como é que vai atender cada uma dessas
389 partes, a ser ainda detalhada com maior especificidade no plano de trabalho. Entre aquelas
390 empresas qualificadas a gente fez um destaque, é a empresa EY Brasil, que é uma líder global
391 em consultoria, tem uma série de projetos relacionados à gestão de processos, planejamento
392 estratégico, gestão de mudanças. Tem até uma série de outros exemplos de projetos que foram
393 executados em relação ao planejamento de infraestrutura, inclusive, no Brasil, com expertises
394 de mobilidade, de saneamento. Então, eles reúnem uma série de habilidades técnicas e fazem
395 essas combinações de equipe de acordo com os projetos que vão ser efetuados. Então, a gente
396 colocou aqui uma breve descrição, porque a gente não trouxe todas as informações da
397 empresa, porque a homologação realmente foi feita agora, acho que fazem alguns minutos que
398 a gente recebeu a informação. E sempre foi esse o nosso desejo, anunciar essa escolha no
399 Conselho do Plano Diretor. Então, eu já agradeço, esse era o nosso slide que a gente colocou,
400 para poder já dar essa notícia no Conselho e a gente se disponibiliza para outros
401 encaminhamentos. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
402 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem, obrigado, Vaneska e Renata, pela
403 apresentação. a ideia hoje é só realmente fazer alguma comunicação, disponibilizar a
404 apresentação e na próxima reunião a gente tenta de novo colocar na pauta, enfim, para
405 discussão, esclarecimentos. A gente só não queria perder a oportunidade, ao invés de
406 comunicar via imprensa essa homologação, quisemos trazer para compartilhar em primeira
407 mão para os conselheiros. A gente estava há bastante tempo trabalhando, enfim, nessa
408 construção, então, com felicidade, com alegria. É com empolgação, então, que a gente
409 comunica a contratação via operação internacional, Programa das Nações Unidas, PNUD, no
410 destino modelo e no regramento estabelecido pela União. Essa contratação é feita diretamente
411 com o PNUD, nos moldes explicados aqui pela nossa Coordenadora de Planejamento Urbano,
412 é um contrato de cerca de 6 milhões que vão ser, então, utilizados para a entrega desses
413 diversos produtos, com diversos profissionais envolvidos. Essa empresa é mundialmente
414 conhecida, tem sede na Inglaterra, escritório em mais de 150 países, incluindo o Brasil e ela vai
415 ser, como comentou a Vaneska, responsável pelos diagnósticos, pelos estudos territoriais,
416 simulações de cenários urbanos, tudo com o objetivo de a gente atualizar o modelo de

417 organização do território do Município e estruturar o sistema de planejamento na gestão da
418 política urbana da nossa capital. Então, em primeira mão está compartilhada a informação da
419 homologação da empresa vencedora desse processo seletivo, dessa escolha que foi efetivada
420 pelo Programa das Nações Unidas. Camila, por favor, compartilha com os conselheiros. Aqui a
421 gente só quis fazer essa comunicação primeiro, aí na próxima reunião a gente faz também, com
422 vocês mais apropriados com essa apresentação, enfim, faz o respectivo debate e
423 aprofundamento do tema. Tem uma Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto**
424 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a
425 minha Questão de Ordem, primeiro é necessário fazer as colocações, né. É estranho que
426 sempre a gente é comunicado dos passos que é feito pela Prefeitura, se repassou R\$ 11
427 milhões para o PNUD e até agora a gente não teve nenhuma conversa com o PNUD. E hoje,
428 para minha surpresa, neste momento houve o aumento de produtos, no protocolo de
429 cooperação técnica internacional eram quatro produtos. Eu queria saber se há um aditivo, eu
430 gostaria de que este Conselho fosse informado, pelo relato da Vaneska. Então, a minha
431 Questão de Ordem, Secretário, é reiterar que tem que ser tratado com o Conselho. Não é
432 admissível que o Conselho só seja comunicado. Eu não quero ser um espectador, eu quero ser
433 participante e a construção é da cidade, a cidade é nossa. Aí vem os estrangeiros aqui dizer o
434 que é bom para nós. Eu acho isso um atraso. Nós construímos em 93, 94 e 95, até 97, um
435 plano com a nossa identidade, com a nossa diversidade. Então, nós estamos perdendo isso,
436 este momento rico que nós poderíamos recuperar isso. Então, essa é a minha Questão de
437 Ordem, que se trabalhe com o Conselho ou com o grupo técnico. Hoje no grupo das regiões
438 só tinha duas regiões. Então, é difícil, Secretário. Eu reitero que o PNUD tem que vir no
439 Conselho. Nós somos um órgão de participação e de controle social, só se nós estamos
440 perdendo esse caráter. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
441 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto.
442 Eu acho que a gente ao longo da próxima reunião marca também um debate específico. É
443 justamente a ideia de trazer aqui essa comunicação para que não tomem conhecimento pela
444 mídia o resultado dessa contratação. Isso é fruto das diversas reuniões que tivemos, das
445 inúmeras apresentações, onde deixamos desde o início muito claro que precisaríamos de apoio
446 técnico, de estudos. A revisão do Plano Diretor é responsabilidade do Executivo e está sendo
447 liberado pela Diretoria de Planejamento Urbano, pela coordenação, mas para a gente produzir
448 todos esses processos participativos e efetivarmos a participação de todos esses agentes, esses

449 protagonistas da gestão da política urbana, inclusive, o Conselho do Plano, nós precisamos de
450 dados, de estudos técnicos. E é nisso que se soma a consultoria, que se soma a empresa
451 contratada e anunciada aqui por nós. Vaneska, é isso? **Vaneska Paiva Henrique (1ª**
452 **Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
453 **SMAMUS:** Eu só queria esclarecer algumas coisas, porque eu fiquei com um pouco de receio
454 de talvez não ter sido clara o suficiente. Então, de repente tentar fazer algumas colocações,
455 talvez esclareça. Eu acho bem importante esse debate na próxima reunião. Entendo que daí
456 também a gente pode disponibilizar mais documentos, que até este momento a gente talvez não
457 pudesse estar disponibilizando. Eu acho que o nosso debate também vai ser qualificado por
458 essa questão. Só queria esclarecer que não se mudou o número de produtos. Esses produtos
459 são assim, bem como falei, que já constava no primeiro, mas talvez o que exista é porque fica
460 ali uma repetição de entender onde que estão todos esses números. Isso que eu entendi que
461 talvez tenha ficado confuso, eu vou tentar deixar mais claro e mandar o material que consiga
462 esclarecer isso. A consultoria, apesar de ser internacional, tem essa busca a consultores locais.
463 Então, tem na equipe, como a gente não tem a formação completa da equipe, a gente não
464 consegue ainda estar aqui colocando os nomes, mas vamos ter também consultores que são
465 locais. Todas essas que concorrem têm sede no Brasil, por isso eles podem prestar esse serviço
466 também, se estivessem só no exterior não estariam habilitados, inclusive porque eles vão ter
467 que estar aqui atuando com a gente. A gente também entende isso, não adianta vir talvez algo
468 que venha pronto, né, de fora, com certeza essa não é a ideia. Eu não sei se esqueci de alguma
469 coisa, mas também se os conselheiros quiserem já encaminhar algumas perguntas, a gente pode
470 vir com algumas respostas na próxima reunião. Eu acho que assim fica bem para a gente não
471 tomar mais tempo da reunião, Secretário? **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
472 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, isso aí, a gente coloca na
473 pauta também com o maior nível de detalhamento na próxima reunião. Então, agora temos
474 uma consultoria e esperamos logo em breve assinar os respectivos contratos e trabalhar nessa
475 revisão do Plano Diretor, fazer uma revisão profunda, à altura do que a nossa Cidade de Porto
476 Alegre merece. Avançamos, então, Conselheiros, para a nossa Ordem do Dia.

477 **5. ORDEM DO DIA:**

478 **5.12. EM PAUTA – DEMHAB: SEI 21.0.000112863-6.**

479 Nós estávamos no Item 5.12 da pauta, interrompemos a discussão em função do adiantado da
480 hora e iríamos entrar para o debate:

481 **EXPEDIENTE: 21.0.000112863-6;**
482 **INTERESSADO: GAM3 Parks SPE S.A. / Município de Porto Alegre;**
483 **ASSUNTO: Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU);**
484 **LOCAL: Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 333;**
485 **REGIÃO: RGP 1 (Praia de Belas);**
486 **RELATOR: DEMHAB;**
487 **DATA DISTRIBUIÇÃO: 26/07/2022;**
488 **PRAZO PARA PARECER: 02/08/2022;**
489 **HISTÓRICO: apresentado pelo empreendedor em 02/08. Apresentação relato de vistas**
490 **em 13/09.**
491 **APRESENTAÇÃO PLANEJAMENTO: apresentou em 23/08;**
492 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: FAVORÁVEL em 23/08;**
493 **PEDIDOS DE VISTA: Prazo 30/08/2022;**
494 **1) RGP 1 - Felisberto - ok**
495 **2) ACESSO - Claudete - ok**
496 **3) SAERGS - Hermes – ok;**
497 **4) AREA - Rodolfo – ok.**
498 Tivemos alguns pedidos de relatos de vista, os respectivos relatos já foram realizados pelo
499 Conselheiro Felisberto, pela Conselheira Claudete, pelo Conselheiro Hermes e pelo
500 Conselheiro Rodolfo. Com relação ao relato de vista do Conselheiro Rodolfo da ASBEA a
501 gente teve um retorno e disponibilizamos lá no processo também, do empreendedor, que nos
502 formalizou aqui, encaminhando o acolhimento no desenvolvimento dos projetos desse relato,
503 dessas sugestões que foram lidas na última reunião pelo Conselheiro Rodolfo. Só vou fazer a
504 leitura aqui rapidamente do que foi encaminhado pela Diretora Sócia da GAM3 Parks, a Carla
505 Deboni: *Diante do processo de aprovação do Projeto do Parque da Orla, gostaríamos de nos*
506 *manifestar a respeito do parecer feito pela ASBEA e suas considerações sobre o nosso*
507 *projeto. Avaliamos e respeitamos a análise feita, bem como estamos dispostos a atender as*
508 *sugestões ali feitas para que possamos chegar em um projeto mais adequado à população da*
509 *nossa cidade. Todas as contribuições feitas estão sendo já analisadas e sendo incorporadas,*
510 *sempre que possível, pela equipe responsável pelo andamento do projeto. De modo geral o*
511 *projeto irá contemplar as solicitações feitas. Desde já agradeço a atenção, Arq. Carla*
512 *Deboni Diretora Sócia Gam3 Parks.* Então, só para deixar claro, após o relato de vista veio a

513 manifestação formal já do empreendedor. Então, eu consulto se temos conselheiros inscritos
514 para debater. Temos já o Conselheiro Felisberto. Mais algum conselheiro gostaria de se
515 escrever para debater? Temos Conselheiro Saffer, temos o Conselheiro Hermes, a Conselheira
516 Vaneska. Mais algum conselheiro inscrito? A Conselheira Claudete. Não havendo mais
517 conselheiros inscritos, encerramos a inscrição... o Conselheiro Rafael Passos também está
518 inscrito e para encerrar sempre a representação do DEMHAB, que fez o relato favorável.
519 Então, abrimos ao Conselheiro Felisberto para debater, por dois minutos. **Felisberto Seabra**
520 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Um tema que envolve
521 uma discussão mais aprofundada, eu gostaria de deixar a primeira indagação se tem a análise
522 do impacto da rua que passa em frente ao Tribunal, ao Fórum Federal, ao Tribunal Regional da
523 4ª Zona, ao MP. É uma rua estreita, é uma rua que durante a semana recebe advogados,
524 partes, apesar de que hoje o sistema é virtual, mas mesmo assim tem uma fluência de público
525 naquela via. E me causou estranheza, ainda continua me causando, é que em nenhum momento
526 se escute as partes que sofrerão o impacto desse projeto. E o Secretário da última vez disse
527 que se tratava de um ente federal. Não, eu quando, lá em 1900, quando tinha o Orçamento
528 Participativo, para pavimentar a rua foi um pedido da Diretora do Fórum, e nós do Conselho
529 do Orçamento Participativo, da Região Centro, dissemos: *Não, se a Diretora do Fórum...* Que
530 depois foi Presidente do Supremo Tribunal Federal, ela foi na região defendeu a necessidade de
531 pavimentação daquela rua. Então, tem uma verba pública muito importante colocada ali.
532 Então, Secretário, eu peço e encareço mais uma vez como Conselheiro, que seja feita essa
533 diligência. Eu sou Conselheiro da região e eu tenho essa prerrogativa de pedir diligência. E o
534 nosso parecer conjunto Hermes, Felisberto e Claudete, nós fomos bem específicos com isso, é
535 um projeto que vai descaracterizar toda a região. Então, também isso tem que se analisado,
536 qual é o caráter dessa região, da paisagem urbana natural, que tem as características e que
537 pode ser descaracterizado. Então, com o máximo respeito aos proponentes ao parecer da
538 representante do DEMHAB, o meu voto será contra. Era isso, Secretário. Obrigado pela
539 paciência e por ter tolerado o ultrapasse. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal**
540 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro
541 Felisberto, pela contribuição. Conselheiro Saffer na sequência inscrito. Já queria aproveitar só
542 para colocar que é um estudo de viabilidade, é uma exigência, é um estudo de impacto com
543 relação ao trânsito. Então, todas as medidas viárias necessárias são avaliadas nesse estudo de
544 impacto e que tem a aprovação do órgão de mobilidade do Município junto a CAUGE.

545 Conselheiro Sérgio Saffer, dois minutos. **Sérgio Saffer (2º Suplente), Associação Rio-**
546 **grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a todos. O Rodolfo na
547 reunião anterior já tinha feito algumas manifestações sobre esse relato do nosso parecer de
548 vista. Algumas coisas, apesar de nós termos feito essas sugestões, a gente entende como a
549 minimização de algumas situações que estão acontecendo. Essa preocupação que o Felisberto
550 tem nós também temos, do impacto que ele tem nessa região, como colocação desse
551 equipamento junto com a relação com seu entorno, né. Sendo isso, a gente fez uma sugestão à
552 Secretaria e ao Secretário Germano, na reunião anterior e deixamos aqui como um alerta para
553 as próximas que vão ter, concessões. E a gente já vem alertando isso também, por exemplo, ao
554 trecho dois, que seja um pouco mais detalhado, mais aprofundado talvez em algumas
555 diretrizes, referente à compatibilização ou como que seria o trecho um com o trecho três, né. É
556 óbvio, vou dar um exemplo bem básico, uma coisa, é que no mínimo quem vai entrar aí no
557 trecho dois, no mínimo dos mínimos tem que seguir a mesma iluminação que tem no trecho um
558 e três. Então, essas preocupações que a ASBEA tem nesse processo que hoje nós estamos em
559 pauta, nós estamos fazendo uma sugestão e um alerta para os outros que estão por vir na
560 cidade. Eu também queria deixar, eu não tinha visto que já tinha essa carta, fiquei surpreso,
561 mas independente, eu só queria deixar em aberto um procedimento que às vezes a gente não
562 tem na prática aqui no Conselho, que é o seguinte: normalmente o relator faz o seu relato, às
563 vezes tem vista e as pessoas trazem a sua vista. Depois tem o debate e depois do relator faz o
564 seu relato. Eu tenho o entendimento aqui no Conselho, apesar que como nós tínhamos
565 sugerido que fosse incorporado no relato do relator essa nossa sugestão, mas aqui está
566 ultrapassada já a questão, mas é que eu acho importante ficar registrado aqui para um
567 procedimento geral nosso, tá! Que o relator depois de ver os retornos de vista, depois dele ver
568 o debate, ele tem e pode no final da reunião, se ele quiser pedir para não fazer o relato ainda
569 no dia, ele pode alterar. Pode ser um relato favorável e depois de um debate querer mudar. Ele
570 pode também acrescentar algumas coisas, como nós tínhamos sugerido ou algumas sugestões
571 do próprio Felisberto. E como ele já viu a vista já pode trazer hoje na reunião, mas se fosse
572 tudo na mesma reunião, que ele tenha essa flexibilidade de pedir para não fazer o relato ali.
573 Então, o que eu quero deixar bem claro, em uma sequência lógica de debate o relator
574 apresenta, tem vista, tem debate e ele pode ou não manter o mesmo relato, ele pode ter a
575 autonomia de querer acrescentar, mudar e fazer. Eu queria só deixar bem claro isso nos nossos
576 procedimentos mais adiante. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**

577 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Eu
578 acho que de fato é uma liberdade do relator. Nesse caso, em havendo já a manifestação formal
579 por parte do empreendedor já está superado esse ponto, mas acho que tem sim essa liberdade
580 o relator. Na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
581 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu inicio
582 concordando com o Conselheiro Sérgio. Eu acho que essa possibilidade de a partir das
583 discussões o relator poder fazer alterações, inclusões, ou retirar alguma coisa, ou até mudar o
584 seu parecer, é extremamente interessante. Hoje como está, pela rigidez de que é feito, o relator
585 apresenta antes o seu parecer e ponto final. Mas eu pedi a palavra, vou ser bem rápido,
586 Secretário. Primeiro, eu queria insistir que, além do que já foi dito pelo Conselheiro Felisberto,
587 o nosso parecer conjunto traz uma questão de mérito. Então, a nossa discordância também, eu
588 sei que isso não vai mudar, é um projeto de governo, vai ser feito do jeito que o governo
589 pretende, mas nós temos uma discordância de mérito, na forma que estão sendo cedidos,
590 transferidos à iniciativa privada os parques. Essa é a primeira coisa que eu queria que ficasse
591 bem claro. A segunda coisa, na verdade, conforme o nosso parecer, está colocado que seria
592 necessário no mínimo um Estudo de Impacto de Vizinhança. Como não existe a
593 regulamentação de Estudo de Impacto de Vizinhança, não foi regulamentado ao longo de
594 vários anos, deveria ter algo semelhante. Na verdade, o que tem é um parecer da EPTC dando
595 algumas diretrizes. Quer dizer, mais uma vez falha e não tem nenhuma consulta, nenhum tipo
596 de interação com as entidades, os órgãos governamentais, inclusive do Governo Federal,
597 vizinhos. Então, eu acho que é outra falha. Por fim, o nosso parecer também fala e nesse ponto
598 coincide com o parecer da ASBEA, que foi apresentado, de certa confusão de desenho. Eu
599 acho que é um projeto, com todo o respeito aos arquitetos que fizeram, não é a questão do
600 projeto, é o que foi pedido para eles, é uma coisa meio Tupiniquim. E eu digo isso com
601 tranquilidade, não tenho nenhum receio de dizer isso, mas é o que foi pedido. Isso aí para mim
602 vai ser mais uma vez, que nem foi feito, apesar das críticas, do Chafariz do Largo Glênio
603 Peres, que era o desejo de um técnico da Prefeitura, ele terminou mobilizando o governo,
604 gastaram uma tonelada de dinheiro e a única vez que foi usado foi quando teve um ato público
605 de um partido que fazia oposição ao Governo Fogaça. Então, tudo bem, eu queria só deixar
606 registrado isso, se gasta um monte de dinheiro e nem sempre nas coisas, por falta de discussão,
607 são tomados os melhores caminhos e as melhores decisões. Mas como é um projeto de
608 governo eu respeito. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**

609 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes,
610 pela contribuição. Conselheira Vanessa, na sequência inscrita. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**
611 **Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
612 **SMAMUS:** Boa noite. Também vou procurar ser breve, mas pontuar algumas questões. O
613 Secretário já comentou do estudo de impacto e o estudo de impacto não é um parecer simples
614 e de poucas páginas, ele é um estudo de 103 páginas, que está anexo ao processo e que
615 descreve todos os problemas que podem acontecer ou todos os desafios que existem a serem
616 enfrentados e que devem resultar em adequações da proposta, para que o tráfego possa ser
617 melhor conduzido. Também pontuando que é uma região da cidade, que todos têm o
618 conhecimento que esse fluxo que é da parte dos advogados, dos fóruns, ele acontece durante
619 um certo período da semana, durante o período do dia e os eventos geralmente têm outros
620 períodos de ocorrência. Isso tudo está mencionado ali. Eu entendo que é um documento
621 técnico o estudo de tráfego, que pelas conclusões se consegue ler bem quais são as
622 modificações que estão sendo pedidas no projeto para que possa estar compatível com o
623 impacto que ele vai gerar no tráfego ali na região local. Com relação às contribuições que o
624 Arquiteto Rodolfo tinha colocado, achei importantíssimas, Saffer. Até falei para a nossa
625 equipe: *Pessoal, vamos lá, olhem como ficou a descrição.* Eu entendo que são questões que a
626 gente já poderia até algumas delas ter colocado dentro da análise. Acho que foi um parecer que
627 da parte urbanística arquitetônica ele contribuiu bastante assim, é objetiva enquanto parecer
628 arquitetônico e urbanístico em relação à qualificação daquele projeto. Então, fico bem contente
629 que consegue ser absorvido já nessa etapa, mesmo que a gente entenda que ainda vão existir as
630 etapas de projeto arquitetônico, de projetos complementares, que vamos detalhar, é importante
631 para manter essa coerência do projeto, que fala até de questões de paisagem. Então, é bem
632 importante para que a gente possa manter a qualidade de uma área nobre da cidade. Eu achei
633 que foi bem importante e para a nossa equipe eu também já coloquei essa questão, da gente
634 buscar cada vez mais, aí é bem importante a contribuição dos conselheiros da área técnica, em
635 estarem colocando aí mais elementos que a gente pode estar cada vez mais qualificando essa
636 análise dos processos. Era isso, o processo está com bastante informação, o resto consegui
637 localizar bem. Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
638 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Vaneska, pela contribuição ao
639 debate. Conselheira Claudete, inscrita para o debate. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
640 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Pois, então, já

641 foi colocado por alguns colegas aqui, quero só trazer alguns outros pontos. A gente considera
642 que a concepção da alteração de parque natural para um parque temático, que ela não passou
643 por aquilo que preceitua o Estatuto da Cidade, de uma gestão democrática. Não teve
644 participação nessa concepção. Foi feito no momento de pandemia essa concessão pública, ou
645 seja, no momento de fragilidade social, sem ampla visibilidade, quando as pessoas estavam
646 preocupadas com a sua subsistência, com a saúde, nós encaminhamos à Prefeitura.
647 Formalmente foi garantido que fossem asseguradas algumas atividades, mas, materialmente...
648 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
649 **Sustentabilidade – SMAMUS:** A sua câmera, Conselheira, consegue ligar? Não estamos lhe
650 vendo. Não sei se está com problema, alguma coisa. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
651 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, não, Secretário, não estou com
652 nenhum problema. Até acho que no seu decreto o senhor colocou que era uma opção, mas eu
653 posso ligar, não tem nenhum problema. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
654 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Por gentileza. Não, eu acho que é
655 obrigatório, a gente botou lá. Mais para quem está nos assistindo de casa. **Claudete Aires**
656 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É, eu acho que
657 seria até uma questão de respeito que a gente divulgasse, Secretário, não só quem está falando,
658 mas todas as pessoas, para quem ouvisse pudesse ter exatamente a amplitude, o
659 acompanhamento, coisa que a gente não faz também, uma pena. Mas continuando assim,
660 então, começamos pela concepção, que é totalmente fora daquilo que preceitua uma gestão
661 democrática e participativa. Descaracterizam um parque natural, criando um outro tipo de
662 espaços sem a menor discussão com a sociedade. E aí nós vamos verificar, e o pessoal diz
663 assim: A orla é um caso de sucesso! E aí o que nós temos nesse parque é algo completamente
664 oposto ao que nós temos na orla, né. Na orla nós temos espaços públicos e gratuitos, ali nós
665 vamos ter um parque temático e pago, de acesso gratuito, mas pago em suas atividades. As
666 formalidades, na verdade, ali das atividades, que eu estava referindo, foi assegurada a Semana
667 Farroupilha e os indígenas, formalmente foi assegurado, materialmente eu gostaria de entender,
668 o parque vai fechar nos 15 dias da semana santa para os indígenas poderem fazer a
669 espiritualidade deles e reflexão. Como é que vai funcionar isso? Como é que eles vão usufruir
670 desse espaço aquilo que eles procuram, acesso à vegetação, tranquilidade e água com 30
671 comércio, com uma roda-gigante naquela característica. Então, me parece que materialmente
672 não foi respeitado em nada. Os estudos são precários, são, eu não vi, por exemplo, o estudo de

673 ruídos. E aí nós temos uma atividade essencial ali no entorno, que a gente desejava que fossem
674 consultadas, conforme preceitua o Estatuto da Cidade, mas o nosso Secretário entendeu que
675 nós não podemos consultar e nem ouvir a sociedade. Uma atividade judicial que demanda
676 sossego para a sua atuação, porque o pensar demanda sim, eu preciso de silêncio, eu preciso
677 fazer uma audiência, eu preciso de tranquilidade. Eu não tenho o estudo de ruídos, eu não vi
678 em nenhum momento estudo de ruídos. E nem podemos consultar os órgãos, porque segundo
679 o Secretário foge à nossa competência. E me chama ainda atenção que vem aqui a informação
680 do Secretário que o empreendedor acolheu o que a ASBEA colocou, aí eu olho ali no texto e
681 o empreendedor diz assim: *Todas as contribuições estão sendo analisadas. Elas serão*
682 *incorporadas na medida do possível e de modo geral.* Ou seja, é uma forma genérica que não
683 traz nada e não diz, nem daquilo que foi colocado pela ASBEA vai ser acolhido e integrado no
684 nosso texto. Então, sem falar, é bizarro, não encontro outra palavra para dizer que o
685 empreendedor decide o que ele vai incorporar dentro do seu projeto, não é o poder público
686 que tem que impor as limitações daquilo que preserva o interesse público. É muito estranho
687 tudo isso, mas como bem disse o Hermes, isto aqui é um projeto político, não é projeto de
688 cidade, nem de participação. Então, diante de várias nulidades nós já colocamos que somos
689 totalmente contra esse projeto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
690 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete,
691 pela contribuição. É importante só esclarecer que aqui tratamos de um Estudo de Viabilidade
692 na Urbanística, não especificamente de um projeto executivo. Então, esse nível de
693 detalhamento de projeto. Naturalmente não cabe necessariamente ao Conselho, mas ao
694 Conselho cabe essa viabilidade, esse macro, o Conselho tem a sua importância e não entra
695 nesse detalhe com relação aos projetos. No entanto, sempre é contributiva, democrática a
696 todas as participações. E eu não tenho dúvida que faz com os projetos evoluam. Conselheiro
697 Rafael Passos, na sequência. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
698 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Vamos por partes, vou começar por onde
699 terminou a Conselheira Claudete. E aí eu atento para o fato de que não é conclusiva a
700 mensagem do empreendedor, no sentido de atender aquilo que consta do parecer de vista. E
701 com o qual o IAB coaduna completamente, principalmente naquilo que eu já manifestei na
702 primeira sessão que foi discutido e que foi objeto também de debate no evento organizado, na
703 sessão organizada pela RGP 1 sobre esse caráter excessivamente cênico, que eu chamo sim de
704 *kitsch*, reforço, é *kitsch*. Não é condizente com o entorno, todos os argumentos já foram

705 colocados pela ASBEA. Independente dessa manifestação e independente de não estarmos
706 aqui analisando um projeto arquitetônico, a aprovação de um projeto arquitetônico, muito
707 menos em sua fase de projeto executivo, estamos analisando um Estudo de Viabilidade
708 Urbanística, porém, o que estaremos aprovando não é aquilo que possivelmente, uma
709 mensagem um tanto quanto lisa, sem se comprometer com nada de fato. Mas aqui estamos
710 aprovando o que consta dos autos, o que consta dos autos vai além de um simples desenho de
711 planta de EVU ou das volumetrias. Consta dos autos as imagens de cada elemento do projeto
712 e esses elementos do projeto vão de encontro e não ao encontro, né, do que manifesta a
713 ASBEA e reforça o IAB, o IAB assina embaixo. Então, o que estaremos aprovando? Não é
714 aquilo que o empreendedor está mais ou menos se comprometendo, estamos aprovando aquele
715 kit. E se eles fizerem e continuarem fazendo, nós não teremos qualquer possibilidade neste
716 Conselho de incidir sobre aquilo. Não há nenhum compromisso, não é aquele parecer e esta
717 mensagem que vai garantir que as alterações vão ser feitas. Aliás, que parecer vamos estar
718 aprovando a partir de agora? Então, é isso que eu reforço. Por fim, quero reforçar outro
719 aspecto do parecer de vista da ASBEA, de um novo olhar sobre essas novas concessões, que
720 estamos a par de algumas. Aliás, é interessante, em Porto Alegre agora o investidor, lá em uma
721 reunião fechada, fica sabendo antes que a sua população o que vem acontecendo. Este
722 Conselho, por exemplo, nem sabia que havia sido contratada a Fundação Getúlio Vargas para
723 desenvolver concessões e nós temos o dever de ofício, pelo Plano Diretor, de opinar sobre
724 projetos na cidade. Então, no sentido do que vem coadunar com a ASBEA, mas ir adiante no
725 sentido assim, provocar a partir daqui que os debates, antes... Porque no calendário das novas
726 concessões é fácil, face o modelo para encaixar no interesse de investidores, aí abre um
727 processo de consulta. Já está pronto, abre uma consulta, se atender, atendeu. Então, não existe
728 participação, é consulta. Se a gente pega a escala de participação, tem 10 na escala, ela está lá
729 no número dois da participação. Então, não venham dizer que é participação, porque nós
730 voltamos á estaca dois da participação de Porto Alegre. Reforço aqui, nós precisamos debater
731 antes, nós queremos olhar. Estou propondo, provocando uma proposta, vamos discutir os
732 editais e os debates de concessão antes que ele venha para um processo de consulta, porque
733 este Conselho é muito mais legítimo do que qualquer consultoria ou qualquer investidor para
734 analisar as concessões de áreas públicas nesta cidade. Senão nós podemos estar frente a um
735 debate e olhar um projeto como este numa área central de Porto Alegre. Um parque temático
736 como este em uma área que não tivesse esse impacto na paisagem, em uma paisagem que está

737 sendo qualificada de fato, mas a gente tem essa coisa assim, do tempo do Epa. Então, é essa
738 provocação que eu quero fazer para as demais concessões para que a gente não se depare
739 novamente com isso. Reitero, o que nós estamos aprovando aqui não é uma promessa do que
740 está no e-mail do empreendedor, nós estamos aprovando aqui o que consta dos autos do
741 processo, são aquelas imagens. Se amanhã eles continuarem com aquelas imagens nós não
742 teremos como questionar nada. Vai ser aquele projeto e ponto final. **Germano Bremm,**
743 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
744 Obrigado, Conselheiro Rafael Passos, pela contribuição ao debate. Passo de imediato a palavra
745 para a Doutora Cristiane Catarina. Lembrando só que a gente está evoluindo com todas as
746 diversas contribuições que são dadas pelos conselheiros. Ela teve os momentos de processo
747 participativo, teve consulta pública, audiência pública lá na oportunidade ainda da concessão,
748 antes da assinatura do contrato, antes da própria licitação em si. E agora, o empreendedor vem
749 ao Município aprovar a viabilidade urbanística a partir daquelas diretrizes estabelecidas pelo
750 poder público. Então, atendendo aquelas diretrizes eles apresentam essa proposta e como
751 consequência disso, após as respectivas aprovações que se inicia as intervenções, investimentos
752 via iniciativa privada, em um parque hoje subutilizado. A gente sabe que ele é utilizado uma
753 vez ao ano, especialmente, no momento do Acampamento Farroupilha. Então, a gente busca o
754 investimento privado, de no mínimo 300 milhões para serem aportados ao longo do período de
755 concessão, mas representa uma virada de chave na cidade, um marco de transformação urbana,
756 turística do perfil. É um projeto do qual a gente aposta bastante, tem muita expectativa de que
757 esse investimento de fato aconteça. Claro, sempre respeitando esse caráter público de acesso
758 ao público, eventualmente, vão ter alguns locais sim que vão ser cobrados, assim são todos os
759 parques no mundo que tem sustentabilidade. Nós do poder público não temos recurso para
760 fazer esse investimento. Então, a gente está buscando a iniciativa privada e é natural que eles
761 cobrem por alguns equipamentos que ali instalarem. Eu não tenho dúvida que vai movimentar
762 a economia da cidade, vai qualificar esse processo de transformação que tem ocorrido,
763 especialmente do Centro Histórico, é Porto Alegre se credenciando para o restante do Brasil,
764 para o mundo como uma cidade também turística, que tem condição de receber o turista.
765 Doutora Cristiane Catarina, nossa relatora. **Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira**
766 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, Presidente,
767 Conselheiros. Eu gostaria de levantar alguns pontos aqui. Primeiro o Conselheiro Felisberto,
768 depois foi retomado pela Conselheira Claudete, falaram dessa questão da alteração da

769 paisagem natural para um parque cultural. E aí eu queria ressaltar a manifestação sobre isso do
770 Conselheiro Rafael, que trouxe essa questão da importância de discutir os editais antes, nas
771 novas considerações, que participasse das decisões antes do edital, antes da contratação,
772 porque nesse caso aqui realmente a decisão já foi dada da alteração da paisagem natural, um
773 parque cultural, *kitsch* ou não, não sei, mas a questão é que foi feita essa decisão
774 administrativa. E aí nesse momento nós temos uma questão formal de competência de
775 CMDUA, que na análise desse projeto se restringe ao mérito. Então, eu queria parabenizar e
776 sugerir fortemente que se siga nessa linha que o Conselheiro Rafael falou, para que se possa
777 atuar antes. A Conselheira Vaneska trouxe algumas colocações sobre a questão viária, porque
778 de fato a análise técnica, a análise de impacto, a competência é da CAUGE. Eu estou me
779 limitando a comentar questões práticas e de competência. Então, essa análise técnica não é do
780 CMDUA, é da CAUGE, ainda que o estudo, se aquelas 103 páginas estão boas ou não estão,
781 enfim, o fato é que não cabe ao CMDUA fazer essa análise. E em relação à fala dos
782 Conselheiros Sérgio e depois o Hermes, sobre a possibilidade da alteração do relato para
783 incorporar sugestões depois de vista, os debates. De fato, achei bem ,interessante eu não tinha
784 noção dessa possibilidade, de nós fazermos. Então, acho isso bem interessante, mas uma vez
785 que a gente já fez o relato, já foi colocado e firmado e apresentado, acho que nesse momento
786 não é possível, ou sendo possível, mas neste momento eu não faria uma alteração no meu
787 relatório. Eu vou mantê-lo de forma integral, porque já foi apresentado assim, evidentemente
788 pelas razões que nós apresentamos pelo DEMHAB, no sentido de que entendemos que o
789 mérito do projeto está na contribuição à paisagem, ainda que cultural, mas uma contribuição à
790 alteração da paisagem, que os impactos foram minimizados pela manutenção de espaços
791 verdes que se mantiveram no projeto. A integração dos espaços ao acesso livre à população.
792 Enfim, por várias razões no parecer a nossa manifestação da relatoria foi no sentido de que
793 seria favorável a aprovação do EVU que foi proposto. Então, eu vou manter integralmente o
794 parecer favorável à aprovação, mas gostaria de fazer esse parêntesis de que pelo menos nos
795 próximos relatos, Conselheiro Sérgio e Conselheiro Hermes, acho bem interessante que a
796 gente possa fazer uma minuta talvez, apresentar no início uma minuta e ao final, na última
797 palavra, manter a minuta ou fazer essas alterações. Até para incorporar argumentos, acho bem
798 interessante essa ideia. Era isso, Presidente. Obrigada pela participação. Eu acho que todos
799 puderam se manifestar, já é um bom indicio do debates. Mantenho a manifestação favorável
800 nos termos exatos daqueles que apresentei na relatoria. Obrigada. **Germano Bremm,**

801 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
802 Obrigado, Conselheira Doutora Cristiane Catarina. Traz importantes contribuições para a
803 gente até refletir, sempre amadurecemos nessa distribuição de ordem, entre relato,
804 contribuições de relato de vista. Eu acho que a gente pode instrumentalizar essa dinâmica de
805 eventual alteração, acrescentar algum ponto com os relatos de vista. Conselheiro Rafael
806 Passos, Questão de Ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos**
807 **do Brasil – IAB/RS:** Considerando a manutenção do relato inicial, em que pese, até onde eu
808 entenda, é sempre uma prerrogativa do relator... Já está explicado, não estou lhe cobrando
809 Doutora. Está explicado que vai manter, mas é uma prerrogativa sempre retirar e fazer outro.
810 Mas a minha Questão de Ordem é o seguinte, frente ao que nós temos agora um relato inicial,
811 parecer de vista, minha pergunta é como é que se vota, porque a gente não costuma votar
812 parecer de vista. então, parecer de vista parece uma coisa meio pró-forma, porque quando tu
813 tens, tu cotejas o inicial, vota o de vista e bom, aí vai ver qual dos dois é vencedor. Então, a
814 minha pergunta é justamente essa, como é que se vota agora? Eu posso querer votar no inicial
815 ou no de vista, como é que fica? Bem Questão de Ordem mesmo. **Germano Bremm,**
816 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
817 Obrigado, Conselheiro Rafael Passos. Nós votamos o relato feito pelo relator, conforme prevê
818 o nosso Regimento. A oportunidade do relato de vista, de acordo com o Regimento, é uma
819 possibilidade de o interessado expressar o seu voto, porque este Conselho é público, as nossas
820 transmissões são ao vivo. Então, é essa oportunidade que se tem e o conselheiro mais uma
821 oportunidade de escrevê-la, ler ela diferente talvez diferente do relato feito pelo relator
822 oficialmente responsável pelo processo. Então, nesse caso tivemos a relatoria do DEMHAB,
823 conforme prevê o nosso regimento, manifestação favorável. Tivemos respectivos relatos de
824 vista das diversas visões assim entendidas. Tivemos uma situação atípica, um posicionamento
825 do próprio empreendedor, assumido o compromisso de incorporar no projeto as contribuições
826 trazidas pela ASBEA. Então, aqui votamos o relato favorável da representação do DEMHAB.
827 Conselheiro Felisberto, Questão de Ordem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
828 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha Questão de Ordem é reiterar o meu pedido
829 de diligência e que seja colocado em votação da necessidade de ouvir o Fórum Regional
830 Federal, bem como o Tribunal Regional Federal da 4ª e o MP, o Ministério Público Federal,
831 porque eles serão impactados por esse empreendimento. Em nenhum momento aparece
832 qualquer consulta a esses órgãos. E, além disso, em todo o entorno, inclusive, na Receita

833 Federal, na Câmara de Vereadores, serão impactados com isso. Então, solicito que o senhor
834 coloque em votação, se for derrotado tudo bem, mas é uma prerrogativa deste conselheiro
835 pedir diligência. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
836 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Só gostaria
837 de esclarecer, como mencionado na última reunião, o nosso Regimento Interno prevê
838 objetivamente a possibilidade de diligência a órgãos internos da administração. Não seria
839 razoável e legalmente possível que a gente fizesse oitiva de órgãos externos. Este Conselho,
840 com suas representações, é o órgão de manifestação externa da sociedade na gestão da política
841 urbana e assim estruturado com representantes eleitos pelas regiões, representantes de
842 entidades. Então, esta é a voz da Cidade de Porto Alegre por meio das suas representações.
843 Avançamos, então, para o período de votação. A Doutora Cristiane Catarina, a Conselheira
844 Relatora, já tem o voto favorável, conforme já manifestado. Avanço para a representação da
845 EPTC, Conselheira Júlia, como vota, favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL da
846 representação do DEMHAB ao expediente de viabilidade urbanística do Parque Harmonia?
847 **VOTAÇÃO: Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de**
848 **Transporte e Circulação – EPTC:** Acompanho a relatora. **Sônia Castro (Titular),**
849 **Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável ao relato. **Daniel Cardoso Leite (Titular), Fundação**
850 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Eu vou me abster,
851 Secretário. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio**
852 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Acompanho a relatora, favorável.
853 **Cássio Weber (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico –**
854 **SMDET:** Favorável. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria**
855 **Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável. **Carlos Fernando Simões Filho**
856 **(1º Suplente), Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Favorável. [Chat].
857 **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
858 **Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
859 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Contrária à condução efetuada pelo Secretário,
860 contrária à dupla análise pelos conselheiros da... **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
861 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira.
862 **Sérgio Saffer (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura –**
863 **ÁREA:** Favorável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**
864 **Brasil – IAB/RS:** De acordo com o que eu explanei, votando não o compromisso, mas o que

865 consta dos autos, então, voto contrário. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
866 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Conforme o nosso parecer de
867 vista, contrário. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do**
868 **Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite, pessoal. Eu ratifico os termos do Conselheiro
869 Saffer da ÁREA, também dito pelo Rodolfo, sou favorável à aprovação. **Rogério Dal Molin**
870 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Também sou
871 favorável ao que comentou o Conselheiro Saffer e sou favorável ao relato. **Mark Ramos**
872 **Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** E
873 sou contrário, Presidente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
874 **Planejamento Um – RGP. 1:** Reitero o nosso parecer, sou contrário. **Adroaldo Venturini**
875 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu voto
876 contra. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**
877 **Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente e demais colegas. Eu me solidarizo com
878 o colega Conselheiro Felisberto, diante da solicitação das diligências dele, mas se não existe
879 essa possibilidade e diante das colocações do colega Sérgio Saffer eu voto favorável. **Tânia**
880 **Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa
881 noite a todos. Na verdade, como o senhor já havia falado anteriormente, o nosso voto é um
882 voto vencido. Infelizmente, só as regiões que se preocupam com a cidade, né, os funcionários
883 da Prefeitura sempre vão votar todos juntos, como vocês são a maioria, né. O meu voto é,
884 obviamente, contrário, eu sou a favor da cidade da cidade. **Germano Bremm, Secretário**
885 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado,
886 Conselheira Tânia. Todos aqui somos a favor da cidade, cada um com as visões diferentes.
887 **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco –**
888 **RGP. 5:** Boa noite a todos eu voto contrário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
889 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiro e Presidente.
890 Mais um projeto importantíssimo para a cidade, para essa nova imagem, esse novo perfil que
891 Porto Alegre anda para frente. Apesar de algumas observações, que eu acho bastante
892 interessante, que a gente pode renovar para as próximas etapas, eu sou absolutamente
893 favorável a esse projeto. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de**
894 **Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu sou, como sempre falo, todo projeto que for para o
895 crescimento da cidade sou a favor. Meu voto é favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos**
896 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**

897 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente. Favorável ao turismo e a cultura de
898 Porto Alegre. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
899 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela
900 contribuição. Vamos fazer aqui rapidamente a leitura dos votos. Temos 9 votos contrários, 1
901 abstenção e 14 votos favoráveis. Nesse sentido, aprovado o Item 5.12 da pauta, Estudo de
902 Viabilidade Urbanística na Otávio Francisco Caruso da Rocha, mais conhecido como Parque
903 da Harmonia. Então, Senhores Conselheiros, vamos avançando para o final da nossa reunião.
904 Tivemos aqui uma votação importante,. Este é um Conselho democrático, projetos evoluem a
905 partir dos debates aqui entabulados, mas realmente todos aqui estão sendo parte de um
906 momento histórico da cidade. Uma revolução está em curso a partir desta aprovação também.
907 Eu tenho certeza que na sequência serão iniciadas, a partir da apresentação dos projetos
908 executivos, as obras dessa transformação urbana tão importante para a Cidade de Porto
909 Alegre, há tantos anos demandada, sonhada. Um parque hoje ocioso, que é utilizado uma vez
910 ao ano, com a proposta, como consequência a gente vai ter a ocupação, o uso, eventos durante
911 todo o ano, conectando com o trecho um da orla já entregue, que é um sucesso de público no
912 nosso cartão-postal, no pôr do sol mais bonito do Brasil. Então, é uma revolução que a gente
913 aqui, os conselheiros de governo, de entidades, de regiões, estão sendo parte dessa mudança
914 histórica e hoje demos um grande passo, importante passo no caminho dessa transformação da
915 cidade de Porto Alegre. Obrigado a todos e uma excelente noite! Tchau, tchau!

916 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho**
917 **Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual**
918 **foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº**
919 **225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**

Ata aprovada na sessão CMDUA de 18/10/2022, por maioria.

Link YouTube da sessão: <https://youtu.be/6DzZlhPwXN4>

Favoráveis: DEMHAB, EPTC, GP, METROPLAN, SMAMUS, SMDet, SMOI, SMGOV, ABES, CAU-RS, SENGE, SINDUSCON, SOCECON, RGP3, RGP6, RGP8, OP;

Abstenções: ACESSO, SAERGS, RGP1, RGP2, RGP4, RGP5.

Contrários: -